

CONTENIDO

Introdução .....92

O ICOMOS e a questão dos direitos humanos .....94

O caso de Bento Rodrigues, Mariana, MG, Brasil.....96

O percurso do trabalho: “Declaração de Significância”  
e contribuições para um Dossiê de Tombamento.....99

Conclusões provisórias.....104

Referencias.....105

Barci, L. (2021). *Patrimônio e direitos humanos: a ação do ICOMOS no caso de Bento Rodrigues*. En C.M. Yory (Ed.), *Identidad territorial, globalización y patrimonio* (pp. 90-107). Editorial Universidad Católica de Colombia.  
<https://doi.org/10.14718/9789585133761.2021.5>

1 El autor suscribe el presente trabajo como parte integral de la investigación *Identidad territorial, globalización y patrimonio*, desarrollada en el marco institucional de la Universidad Católica de Colombia, por tanto, cede los derechos para la presente publicación.

2 Arquitecto-urbanista e doutor em Filosofia. Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais, é pesquisador com bolsa de produtividade do CNPq e da FAPEMIG. Foi Diretor de Patrimônio Cultural da Cidade de Belo Horizonte e Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de Minas Gerais. Atualmente é Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL) e, desde 2017, Vice-Presidente do ICOMOS internacional.  
<https://orcid.org/0000-0002-9159-1787>

# PATRIMÔNIO E DIREITOS HUMANOS:

a ação do ICOMOS no  
caso de Bento Rodrigues<sup>1</sup>

# 5

Leonardo Barci-Castriota<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais



Detalle plaza central Rio de Janeiro, Brasil  
Carlos Mario Yory (2018)

Nos últimos anos, dois campos, cujas trajetórias se apresentaram sempre de forma apartada, têm se aproximado: aqueles do patrimônio cultural e dos direitos humanos. De forma paralela a outras aproximações que o campo do patrimônio tem realizado —como, por exemplo, com o planejamento urbano e a preservação ambiental—, esta aproximação do patrimônio com os direitos humanos só se fez possível porque cada um desses campos sofreu alterações profundas, internas e externas que os levaram a se abrir para outras dimensões da experiência humana, diferentes daquelas que inicialmente conformaram o corpus e a abordagem preferencial de cada um deles.

Assim, do ponto de vista do *patrimônio cultural*, as condições de possibilidade dessa aproximação relacionam-se intrinsecamente com a notável expansão e com os deslocamentos significativos que esse conceito sofreu nas últimas décadas, já extensivamente apontados por vários autores, que tematizam, por ângulos variados, os desafios trazidos por essas modificações<sup>3</sup>.

Dessas transformações, talvez a principal no que se refere à possibilidade do tema do patrimônio se aproximar do tema dos direitos humanos, está na substituição da perspectiva da conservação-baseada-na-matéria pela perspectiva da conservação-baseada-em-valores, que coloca a pessoa humana como central na preservação do patrimônio

e que poderia, resumidamente, ser definida como “uma operação coordenada e estruturada sobre um objeto ou sítio cultural/patrimonial com o objetivo primário de proteger a significância do lugar [... que é] determinada através da análise da totalidade dos valores que a sociedade atribui ao objeto ou sítio” (Poulios, 2010, p. 172)<sup>4</sup>.

Já no que se refere aos *direitos humanos*, é importante destacar que essa temática também se expande e se desloca no final do século xx e início do século xxi, sendo crescente a sua aproximação com a temática da cultura em geral e do patrimônio cultural em particular. Como sabemos, o marco da consolidação do processo de internacionalização no pensamento atual nesta área pode ser encontrado na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948<sup>5</sup>, que, motivada em grande parte pelos horrores vividos na Segunda Guerra Mundial, afirmava as liberdades básicas como os direitos à vida, à liberdade, à segurança, ao acesso a tribunais legais, e à liberdade

3 Entre esses deslocamentos caberia se destacar o deslocamento nos próprios valores predominantes na área do patrimônio, a introdução da ideia do patrimônio imaterial e a introdução de novos agentes, como mostramos em um trabalho anterior (Castríota, 2009, pp. 93-109).

4 Neste novo paradigma, mais que a materialidade, vai ser central a *própria questão da atribuição de valor* e os *diversos agentes* nela envolvidos. Na perspectiva da conservação-baseada-em-valores, o foco vai estar, como o próprio nome indica, nos *valores* atribuídos pela sociedade, que é compreendida como sendo constituída sempre por vários *grupos de agentes e de interesse*, entendendo-se “valor”, neste caso, como uma série de características ou qualidades positivas atribuída a um objeto ou sítio, e “grupo de agentes e de interesse” como qualquer grupo com um interesse legítimo naquele bem (Avrami et al., 2000, p. 15; De La Torre 2013, p. 5; De La Torre et al., 2005, p. 77; Mason, 2002, p. 27). Como mostra Ioannis Poulios (2014), este paradigma é considerado hoje como a abordagem preferencial no campo da conservação do patrimônio, e baseia-se amplamente na Carta de Burra, documento doutrinário produzido pelo ICOMOS australiano em 1999, em sua primeira versão, tendo sido desenvolvida e defendida principalmente através de uma série de publicações do Getty Conservation Institute desde o final dos anos 1990 (ver, por exemplo, Avrami et al. 2000; Demas, 2002; de la Torre, 2005; Mason, 2002; e Sullivan & Pearson, 1995).

5 A versão em português pode ser consultada em OHCHR (1998).

de movimento tanto dentro quanto entre as nações, ao mesmo tempo em que repudiava a tortura e a escravidão.

Em seu artigo 27, a Declaração já introduzia também a ideia de que a cultura era um aspecto dos direitos humanos, no entanto, não elucidou a relação específica entre indivíduos, comunidades e nações, nem esclareceu como poderiam ser resolvidos os conflitos entre essas três entidades: “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, art. 27).

Apesar disso, como aponta Cristian Courtis (2015), os direitos culturais têm sido negligenciados neste campo, tendo se dispensado pouca atenção ao longo dos anos à “definição conceitual ou ao desenvolvimento de mecanismos para a garantia desses direitos por órgãos internacionais especializados”, tanto no âmbito internacional quanto regional, centrando-se o debate aqui quase exclusivamente nos direitos culturais das minorias, “sem considerar seus componentes universais”<sup>6</sup>. Nos últimos anos, no entanto, poderiam se notar alguns sinais da inversão dessa tendência, que parecem apontar, como anota Courtis (2015), para “uma atenção crescente da comunidade internacional, e especificamente de órgãos de direitos humanos, para a necessidade de

uma conceituação adequada dos direitos culturais no quadro dos direitos humanos” (p. 9)<sup>7</sup>.

O fato é que, desde a introdução no debate contemporâneo da abordagem dos direitos humanos no final da década de 1940, pode-se perceber um interesse crescente da ONU e das organizações nacionais em reconhecer essa *dimensão cultural* dos direitos humanos, conforme é anotado por Ghanea e Rhamani (2005), que observaram que “numa recente reunião da Comissão dos Direitos Humanos naquela organização, aprovaram-se 15 resoluções concernentes aos direitos econômicos, sociais e culturais e 16, aos direitos civis e políticos” (p. 134)<sup>8</sup>.

Neste sentido, vêm também a “Declaração Referente à Destruição Intencional do Patrimônio Cultural”, de 2003, que afirma que “o patrimônio cultural é um importante componente da identidade cultural das comunidades, grupos e indivíduos, e/ou da coesão social, de maneira que a sua destruição intencional pode ter consequências

7 Courtis (2015) aponta especialmente para dois acontecimentos que sinalizariam essa inversão: “a criação, em 2009, do procedimento especial chamado de ‘perito independente na área dos direitos culturais’, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, e seu trabalho subsequente; e a adoção, em 2010, de um Comentário Geral sobre o direito de participar da vida cultural pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas” (p. 9).

8 Alguns autores, como Rangel (2016), por exemplo, classificam os “direitos culturais” como direitos de terceira geração, apontando como de “primeira geração” aqueles “direitos de liberdade” que teriam por titular o indivíduo, que seriam oponíveis ao Estado, e que se traduziriam como faculdades ou atributos da pessoa, ostentando subjetividade; e como de “segunda geração” os “direitos sociais, culturais e econômicos bem como os direitos coletivos ou de coletividades, introduzidos no constitucionalismo das distintas formas do Estado social, depois que germinaram por fora de Ideologia e da reflexão antiliberal”. Nessa visão, os direitos de “terceira geração”, que se cristalizam no fim do século XX e nos quais se incluiriam os direitos culturais, seriam difusos, “dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade”, e não se destinariam “especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou mesmo de um Ente Estatal especificamente” (Rangel, 2016).

6 Um bom artigo que acompanha, de uma forma mais geral, a trajetória da Declaração dos Direitos Humanos pode ser encontrado em Pinheiro (2008).

adversas para a dignidade humana e os direitos humanos” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO], 2003), assim como a Resolução 2347, adotada em 2017 pelo Conselho de Segurança da ONU, que reconhece formalmente que a defesa do patrimônio cultural é imperativa para a segurança (United Nations, 2017, 24 de Março)<sup>9</sup>.

Dentre os temas que normalmente têm estado presentes na discussão dos direitos humanos no campo do patrimônio, destacam-se a questão dos direitos dos povos nativos, normalmente afirmados como resistência às identidades nacionais impositivas; as guerras e outras formas de violência (política, étnica, religiosa); a questão do acesso (e da exclusão de acesso) a lugares sagrados; os direitos de propriedade intelectual, normalmente pensados coletivamente; e, particularmente importante para a América Latina, o binômio memória/esquecimento, especialmente relacionado às memórias traumáticas das ditaduras em nossos continentes<sup>10</sup>.

Poucas vezes, no entanto, tem se tematizado a questão do impacto do desenvolvimento econômico

sobre o patrimônio cultural das populações locais, que pode significar em flagrantes violações aos direitos culturais de populações inteiras, bem como, em muitos casos, provoca a destruição sistemática dos meio-ambientes tradicionais. Nesta linha, este artigo enfoca a tragédia socioambiental que atinge o vilarejo de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais, Brasil, e que vem a simbolizar a destruição de toda a bacia do Rio Doce —um dos mais importantes rios brasileiros— pelo rompimento da Barragem do Fundão em novembro de 2015, caso em que se encontram as temáticas dos direitos humanos e do patrimônio e memória, mostrando ainda as possíveis respostas no campo da preservação que têm sido pensadas pelo Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## O ICOMOS e a questão dos direitos humanos

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ou *International Council on Monuments and Sites*, ICOMOS) é uma organização internacional não governamental que reúne profissionais dedicados, como seu nome já diz, à conservação dos monumentos e sítios históricos do mundo. Neste sentido, é a única organização não governamental global deste gênero, dedicada à promoção da aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas para a conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico, e sua missão é promover a

9 Mais a esse respeito, confira o artigo “Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural” no correio da UNESCO (Fiankan-Bokonga, 2017). Outro marco neste desenvolvimento foi a condenação, em 2016, pelo Tribunal Penal Internacional (*International Criminal Court*) do jihadista maliano Ahmad Al Faqi Al Mahdi por crimes de guerra pela destruição, em 2012, de dez sítios religiosos em Tombuctu, no Mali, quando a cidade estava sobre o controle do Ansar Dine, um grupo suspeito de ter ligações com a Al-Qaeda. Esta foi a primeira vez em que a destruição de um patrimônio cultural foi considerada um crime de guerra (International Criminal Court, s. d.).

10 Sobre a relação patrimônio e direitos humanos, confira o interessante trabalho de Silverman e Ruggles (2017), que inclui na temática dos direitos humanos a questão dos saques e das ocupações urbanas. A respeito especificamente do tema das “memórias difíceis”, confira, entre outros, Urtizberea (2016), e o capítulo “Preserving and interpreting difficult places” em Page (2016, pp. 129-162).

conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios.

Mais em particular, o ICOMOS é o organismo consultor do Comitê do Patrimônio Mundial para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO e, como tal, avalia e dá pareceres sobre as nomeações ao patrimônio cultural mundial da humanidade, bem como acompanha o estado de conservação desses bens (ICOMOS, 2021). Além disso, participa ativamente no desenvolvimento da doutrina, evolução e divulgação de ideias, realiza ações de sensibilização e defesa do patrimônio, e o seu trabalho é baseado em vários documentos doutrinários produzidos ao longo dos anos, em especial nos princípios consagrados na “Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios”, conhecida como Carta de Veneza, que foi produzida pelo 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em 1964, lançada ao mesmo tempo que a resolução que sugeria a criação de uma organização não governamental destinada à preservação dos monumentos e sítios<sup>11</sup>, o que de fato aconteceu um ano depois numa reunião em Cracóvia, Polônia<sup>12</sup>.

11 É importante anotar que o termo “monumento histórico” usado na Carta de Veneza de 1964 foi reinterpretado pelo ICOMOS em 1965 como “monumento” e “sítio” (ICOMOS, 1965) e pela UNESCO em 1968 como “bem cultural”, de maneira a incluir tanto os bens móveis quanto os bens imóveis (UNESCO, 1968). Essa discrepância terminológica foi resolvida pela Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 (UNESCO, 1972).

12 Piero Gazzola, o primeiro presidente do ICOMOS, sublinhou alguns anos mais tarde essa conexão íntima entre a Carta de Veneza e o ICOMOS. Em suas palavras: “The results of the meeting are momentous. We need only recall the creation of the International Council of Monuments and Sites (ICOMOS) the institution which constitutes the court of highest appeal in the area of the restoration of monuments, and of the conservation of ancient historical centers, of the landscape and in general of places of artistic and historical importance.

Por outro lado, o ICOMOS se estrutura como uma rede de especialistas que se beneficia do intercâmbio interdisciplinar entre os seus membros, entre os quais estão arquitetos, historiadores, arqueólogos, historiadores de arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas, entre outros, quem, em geral, contribuem para o aperfeiçoamento da preservação do patrimônio, das normas e das técnicas para cada tipo de bem do patrimônio cultural —isto é edifícios, cidades históricas, paisagens culturais e sítios arqueológicos—. Além do mais, importa assinalar que em maio de 2017, o ICOMOS tinha 10.100 membros individuais e 320 membros institucionais em 144 países, 110 Comitês Nacionais e 28 Comitês Científicos Internacionais.

Além disso, do ponto de vista organizacional, o ICOMOS tem como seu órgão máximo e soberano a sua Assembleia Geral, que é aberta a todos seus membros e deve ser realizada ordinariamente a cada três anos, em data e lugar escolhidos pelo Conselho de Administração, ou em sessão extraordinária, a pedido da maioria dos membros do Conselho de Administração ou de um terço dos membros do ICOMOS; e o seu principal órgão de gestão é o Conselho de Administração, que é constituído por 20 membros eleitos pela Assembleia Geral e cuja principal missão é preparar o programa da ação e o orçamento da organização, monitorando a sua

That organization must supervise the creation of specialized personnel, its recruitment and advancement. It must oversee the use of international exchanges and in addition concern itself with the creation of local international committees that are capable of counseling international organizations (UNESCO, the Council of Europe, etc.). ... With the creation of ICOMOS a gap lamented by every nation has been closed and a need which had been felt by every local organization concerned with conservation satisfied” (Petzet, 2004, p. 7).



implementação, cabendo-lhe ainda registrar o estabelecimento de Comitês Nacionais e Comitês Científicos Internacionais (ICOMOS, 2011).

Desde 2007, o ICOMOS tem explorado a questão dos direitos humanos, de forma explícita, através do projeto *Our Dignity*, que focava nas relações entre os direitos humanos e o patrimônio mundial. Mas em 2011, essa iniciativa do ICOMOS se ampliou, passando a englobar uma cooperação com outros órgãos consultivos da Convenção do Patrimônio Mundial, tais como o ICCROM e a IUCN, sob coordenação do ICOMOS Noruega. Segundo o ICOMOS (2019), o principal objetivo dessa iniciativa tem sido a de

promover a conscientização sobre as questões relativas aos direitos no Patrimônio Mundial e na gestão do patrimônio em geral, promover abordagens consideradas ‘boas práticas’ e desenvolver e promover ferramentas e diretrizes relevantes, particularmente para o Patrimônio Mundial, a partir das listas indicativas, através da conservação e da gestão dos sítios.<sup>13</sup>

No entanto, compreendendo a abrangência e centralidade deste tema, o Conselho de Administração do ICOMOS decidiu criar também um grupo de trabalho denominado *Rights-Based-Approach* (Abordagem Baseada em Direitos), o OCDI-RA, composto inicialmente por membros dos comitês nacionais do ICOMOS da Noruega, Índia, África do Sul e Austrália. Como se tratava de tema transversal, que perpassava diversas subáreas do campo

do patrimônio, optou-se por se criar um Grupo de Trabalho ao invés de se estabelecer mais um Comitê Científico Internacional.

Finalmente, a mais recente iniciativa do OCDI-RBA foi a adoção de uma Declaração, comemorando o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, o Comitê Consultivo do ICOMOS, reunido em Buenos Aires em 5 de dezembro de 2018, adotou a chamada “Declaração de Buenos Aires”, que incentiva os membros do ICOMOS, seus Comitês, e grupos, a construir uma forte relação com os povos e comunidades em seu trabalho, assim como adotar o princípio do ‘livre consentimento’, prévio e partilhado com as comunidades de origem, antes de se adotar quaisquer medidas relativas a seu patrimônio cultural específico, além de oferecer toda a assistência possível para que as comunidades e titulares de direitos sejam consultadas e convidadas a participar ativamente em todo o processo de identificação, seleção, classificação, interpretação, preservação e salvaguarda, bem como a administração e desenvolvimento do patrimônio cultural (ICOMOS, 2018).

## O caso de Bento Rodrigues, Mariana, MG, Brasil

Como pudemos expor, o caso da destruição do vilarejo de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais, parece-nos exemplificar de maneira muito candente o entrelaçamento entre as temáticas do patrimônio, do direito à memória e dos direitos humanos. Neste caso específico, percebe-se com

13 Lista indicativa: lista de bens culturais candidatos à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial submetidos pelos Estados Membros da UNESCO (N. A.).

clareza como vai ser o próprio modelo de desenvolvimento econômico adotado que resulta em agressões simultâneas aos direitos humanos e aos meio-ambientes tradicionais.

Até 2015, Bento Rodrigues era um pequeno vilarejo, como dezenas de outros, produto da ocupação territorial do interior do Brasil ocorrida desde o século XVIII em decorrência do ciclo do ouro. Localizado ao longo de um antigo caminho, conhecido como Estrada Real, rota do período colonial que ligava o distrito aurífero ao litoral fluminense, mantivera-se desde seu início em relativo isolamento, mantendo sua organização espacial e sua vida tradicional bastante íntegra, sendo quase um testemunho do que fora o Brasil de outros tempos.

Neste sentido, Bento Rodrigues era semelhante a uma série de povoados daquela região, que mostrava resquícios dos diferentes ciclos da mineração no Estado, desde o ciclo do ouro até a exploração do ferro, começada no século XX, e que correspondia também a técnicas diferentes: desde catas de talho a céu aberto do período colonial até a mineração atual em bancadas, com barragens de alteamento.

A sua paisagem apresentava uma morfologia característica dos arraiais setecentistas mineiros, com suas aproximadamente 180 casas dispostas longitudinalmente ao longo da via principal, que coincidia com a Estrada Real; e seus edifícios de maior destaque eram apenas as Capelas de São Bento e das Mercês, que ficavam nas extremidades dessa via. A sua vida social também era bastante tradicional: a comunidade de aproximadamente

600 pessoas que ali vivia mantinha antigos e profundos laços sociais e de parentesco, e sua economia girava em torno da agricultura e do turismo em pequena escala.

Tudo isso é simplesmente varrido do mapa com o impacto daquele que constituiu o pior desastre socioambiental da história brasileira, provocado pelo rompimento, em cinco de novembro de 2015, da Barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração S. A., à montante.

Esse desastre significou a virtual destruição da bacia do Rio Doce, o sexto rio mais importante do Brasil, e impactou fortemente tanto o seu ecossistema quanto dezenas de cidades, aldeias e assentamentos humanos que se localizavam ao longo daquela bacia.

Com o rompimento, 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro foram despejados na natureza e se deslizaram pelo Rio Doce, matando toneladas de peixe, atingindo 38 municípios, e deixando milhares de pessoas sem água potável. Dezessete dias depois os rejeitos chegaram ao Oceano Atlântico, tendo percorrido aproximadamente 660 quilômetros e produzido uma paisagem devastada (Serra, 2018, p. 13)<sup>14</sup>.

14 A tragédia da Samarco, em Fundão, é considerada a maior do mundo em barragens de mineração, de acordo com um estudo da consultoria Bowker Associates, dos Estados Unidos, especializada em gestão de riscos em construção pesada, que articulou três critérios: o volume de rejeito despejado no meio ambiente (34 milhões de metros cúbicos), a extensão percorrida pela lama (660 quilômetros) e o custo de recuperação das perdas (estimado inicialmente em US\$ 5,2 bilhões) (Serra, 2018, pp. 76-77). Na página da empresa SAMARCO, responsável pela Barragem de Fundão, consta que foram 32,6 milhões de metros cúbicos de rejeitos (SAMARCO, s. d.).



A opinião pública brasileira —e mundial, pois o desastre foi muito repercutido pela mídia internacional— se viu confrontada com muitas imagens fortes e desoladoras, derivadas do rompimento da barragem. As mais impactantes, sem dúvida, se referiam a Bento Rodrigues, o primeiro assentamento humano a ser atingido, inesperadamente, pela onda de lama: casa destruídas, árvores arrancadas violentamente, animais e seres humanos mortos ou lutando desesperadamente pela vida<sup>15</sup>.

O fato é que os rejeitos minerários provenientes da Barragem do Fundão arrasaram quase completamente o antigo povoado de Bento Rodrigues, que foi, subitamente, transformado em ruína: das 180 casas ali existentes, subsistiram apenas vinte e duas após o desastre. Espalhando-se rapidamente pelo Brasil e pelo mundo, essas imagens fizeram com que o lugarejo passasse a ter um caráter icônico, passando a representar, metonimicamente, para o público em geral o desastre socioambiental que destruiu o Rio Doce, um dos maiores de nosso país.

Com isso, Bento Rodrigues passou, associativamente, a ter um significado que transcendia os próprios traços de sua existência de antes do desastre, isto é, seu traçado orgânico, suas casas coloniais, seu caráter rural e sua comunidade com fortes laços sociais e afetivos. Se antes do rompimento da Barragem aquele povoado era apenas mais um assentamento de caráter rural nas montanhas de

Minas Gerais, com o terrível evento do dia 5 de novembro de 2015 ele se transformou no símbolo do terrível desastre socioambiental representado pelo rompimento da Barragem e todas as consequências que ele trouxe para o Brasil.

Agora bem, acontece com Bento Rodrigues o que aconteceu com vários outros sítios marcados por memórias difíceis ao redor do mundo: o nome “Verdun” não remete mais apenas a uma pequena cidade no nordeste da França, mas à longa batalha que aí se travou e aos horrores da Primeira Guerra Mundial; da mesma forma, o nome “Hiroshima” nos remete imediatamente à destruição nuclear ligada à Segunda Guerra Mundial. Em todos esses casos, um “evento” faz com que um determinado sítio passe a representar, associativamente, algo que transcende o próprio lugar.

Como tratar, no entanto, do ponto de vista da memória e do patrimônio, com esses lugares, cujo significado, profundamente ligado a um acontecimento histórico determinado, transcende a sua materialidade? Esta foi a questão que se colocou para nós ainda em 2015 quando fomos procurados, enquanto direção do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL) pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que fora, por sua vez, acionado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT).

O fato é que aquele conselho, um órgão local com trajetória de ativa atuação em defesa do patrimônio, havia resolvido proteger pelo instituto do

15 Com o rompimento houve 19 mortos: 13 eram profissionais de empresas contratadas pela SAMARCO, quatro, moradores além de uma pessoa que visitava Bento Rodrigues, e dos desaparecidos nunca teve seu corpo encontrado (SAMARCO, s. d.). Para a listagem dos mortos, confira Serra (2018, p. 15).

tombamento, logo após o desastre os remanescentes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, outro vilarejo fortemente atingido, tendo em vista principalmente a ameaça real de que a enorme tragédia que os destruíra fosse esquecida<sup>16</sup>.

Apesar de terem se decidido pela aplicação do tombamento, máximo instrumento brasileiro de proteção do patrimônio material<sup>17</sup>, tratava-se, como eles mesmos sabiam, de uma proteção apenas temporária e provisória, com o intuito de impedir que os remanescentes daquelas localidades fossem simplesmente varridos do mapa. Ao se definir pelo tombamento dos dois sítios, o COMPAT fizera quase uma declaração de intenções, não estabelecendo no ato de tutela, nem o objeto exato da proteção, nem as diretrizes para a preservação dos sítios tombados.

Portanto, para avançar na abordagem dessas questões, dando-se um caráter mais robusto à proteção, o ICOMOS/BRASIL foi acionado<sup>18</sup>, o que faz com que se inicie a nossa participação mais direta nesse

16 Ao lado da dimensão patrimonial, havia um problema social sério: a população que vinha ocupando aquele território há trezentos anos, após conseguir fugir, de forma improvisada, do local durante o rompimento, foi transferida para a sede do município de Mariana, e está abrigada, até hoje, de forma dispersa em hotéis e casas alugadas, rompendo-se os laços familiares e de convivência longamente cultivados.

17 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define o tombamento em sua página oficial: "É o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo IPHAN, tendo sido instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo instituídos pelo Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas" (IPHAN, 2014).

18 Aqui é importante observar que ao aceitar tal desafio, que nos colocava frente a um caso inédito no país, o ICOMOS/BRASIL respondia a seu mandato e agia de acordo com a sua Declaração de Compromisso Ético, que afirma, em seu Artigo 2º, que cabe aos membros do ICOMOS oferecer toda a assistência possível e apropriada, "quando o patrimônio cultural é ameaçado por um perigo iminente ou está em perigo" (Burke, 2002).

processo, ainda no final de 2015, logo após a ocorrência do desastre.

## O percurso do trabalho: "Declaração de Significância" e contribuições para um Dossiê de Tombamento

Desde nosso primeiro contato com o caso de Bento Rodrigues, saltava aos olhos que não estávamos frente a um caso usual de preservação do patrimônio, para os quais já temos metodologias e enfoques de trabalho bastante estabelecidos no Brasil. Neste caso específicos, ficou claro para nós que lidávamos com a questão da preservação de um lugar social que não existia mais, onde a base material sofrera um alto nível de destruição e cujos remanescentes serviam principalmente para efeitos memoriais.

Ao analisarmos detidamente a questão, percebemos que estávamos frente ao que a *International Coalition of Sites of Conscience* definia como um "sítio de memória, [...] uma localidade específica com evidência arquitetônica ou arqueológica, ou mesmo com específicas características de paisagem, que podem ser relacionadas aos aspectos memoriais do lugar" (International Coalition of Sites of Conscience, 2018, p. 11). Como um relatório preparado para essa associação coloca, os

Sítios de memória [...] são lugares que estão re-vestidos com significado histórico, social ou cultural por causa do que aconteceu ali no passado. Tais lugares podem ser de significado particular, dado o seu papel na formação da identidade

de uma comunidade ou nação (International Coalition of Sites of Conscience, 2018, p. 11).

Frente a essas circunstâncias, estava descartada, portanto, a adoção daquilo que se conhece como a perspectiva da conservação-baseada-na-matéria, ainda muito presente no Brasil e no mundo, que veria a missão da conservação ancorada primariamente no *contexto material* dos objetos e sítios.

A nosso ver, caberia, contrariamente àquela concepção, explorar em sua radicalidade as novas possibilidades colocadas pela perspectiva contemporânea da conservação-baseada-em-valores, que, como já anotamos, coloca os *atores* envolvidos no processo de patrimonialização no centro das atenções, cabendo-se, antes de mais nada, em cada caso lidar atentamente com a diversidade dos *valores* que se atribui aos objetos ou sítios patrimoniais.

Nesta visão, a conservação não pretenderia atingir apenas os objetos diretamente em sua materialidade, mas, através de seus significados, e através dos indivíduos e grupos para os quais esses objetos são relevantes, “O objetivo final da conservação não é conservar a matéria em si, mas, muito mais, manter (e moldar) os valores corporificados no patrimônio – com o tratamento ou intervenção física sendo um dos muitos meios para esse fim” (Avrami et al., 2000, p. 7), como resume peremptoriamente um relatório do *Getty Conservation Institute*, que, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, se debruçou sobre essa importante questão (Avrami et al., 2000).

Ao se adotar essa perspectiva, que traz para o centro da cena a pessoa humana, ficava também mais

evidente a ligação deste caso com a temática dos direitos à memória e ao patrimônio, fortemente presente num caso como este, em que um desastre tecnológico<sup>19</sup> de grande magnitude destitui toda uma comunidade do suporte material sobre o qual essa construía sua vida cotidiana, seus valores e suas referências.

Uma vez escolhida a perspectiva, cabia, então, se definir a metodologia através da qual se abordaria o caso de Bento Rodrigues. Neste quesito, de forma coerente com a perspectiva adotada, decidimos nos pautar pelos preceitos da “Carta de Burra”, documento doutrinário do ICOMOS australiano que, adotando exatamente a ideia da conservação-baseada-em-valores, propõe uma abordagem para todo o processo da conservação, isto é, da caracterização dos bens culturais até a definição de ações de intervenção e valorização, baseada na identificação dos valores contidos na operação de patrimonialização (ICOMOS AUSTRÁLIA, 1999)<sup>20</sup>.

Central naquela Carta vai ser a ideia de “significância cultural”, cuja definição mais sintética ali expressa vai entendê-la como o conjunto dos “valores estético, histórico, científico, social ou espiritual

19 A Instrução Normativa nº 01 de 24 de agosto de 2012 define como desastres tecnológicos “aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos” (art. 7).

20 A versão utilizada da Carta de Burra é aquela aprovada pelo ICOMOS da Austrália, em sua reunião geral anual de novembro de 1999. Apesar deste documento ter sido seguidamente revisto, as suas atualizações não modificaram sua essência, tendo em conta os avanços na prática da conservação que ocorreram desde então. Entre as alterações feitas, destaca-se principalmente o reconhecimento dos aspectos menos tangíveis com significado cultural, incluindo aqueles que respeitam ao uso dos sítios patrimônios, às associações com um sítio e aos significados que os sítios têm para as pessoas.

para as gerações passadas, presentes ou futuras”, postulando-se que a “importância” de um objeto ou lugar como um “todo” deve ser determinada através da análise dos valores atribuídos a ele (ICOMOS AUSTRÁLIA, 1999).

Além disso, cabe anotar que a Carta de Burra acrescenta, de forma muito significativa, que a significância vai estar “incorporada no próprio sítio, sua estrutura, ambiente, usos, associações, significados, registros e diz respeito a lugares e objetos” (ICOMOS AUSTRÁLIA, 1999, art. 1), com o que se mostra que a “significância” de um bem cultural ou sítio patrimonial engloba a totalidade dos valores do patrimônio cultural *em um determinado contexto espacial e temporal*<sup>21</sup>.

A questão seguinte, uma vez adotada a perspectiva da Carta de Burra, foi nos questionarmos sobre como operacionalizar o processo de se estabelecer a “significância cultural” de Bento Rodrigues. Analisando a experiência internacional, especialmente dos países anglo-saxônicos, que têm larga experiência na utilização dessa abordagem, concluímos que seria necessário compreender e registrar a distribuição de todas as camadas dos atributos tangíveis e intangíveis do sítio em questão, o que é feito, normalmente, pela produção de um tipo de

documento técnico, conhecido internacionalmente como *Statement of Significance* (Declaração de Significância, em português).

A “Declaração de Significância” pode ser definida basicamente como uma *declaração de valor* que explica brevemente e de forma clara o que é um bem ou sítio patrimonial e porque ele é importante, identificando aspectos característicos que devem ser protegidos para que ele mantenha a sua importância e significado.

Especificamente, a “Declaração de Significância” vai ser normalmente composta de três seções: uma descrição do bem ou sítio, a identificação dos valores do patrimônio existentes, e uma descrição dos atributos que definem suas principais características e que devem, portanto, ser conservados. Neste sentido, este documento pode ser considerado uma espécie de síntese que contém todas as categorias de valor identificadas, usadas como um meio de se interpretar o bem ou o território e propor estratégias de conservação e gestão do mesmo<sup>22</sup>.

Este foi, então, o primeiro passo que propusemos ao Ministério Público e ao Conselho local do patrimônio, em início de 2016: realizar uma Declaração de Significância para Bento Rodrigues. Uma vez que essa proposta foi aceita, este passou a ser o

21 Num importante artigo, Silvio Zancheti e outros pesquisadores (2009) introduzem a dimensão diacrônica na avaliação da significância cultural, propondo redefini-la como uma “série de todos os valores identificáveis que resultam de um julgamento contínuo (passado e presente) e a validação social dos significados dos objetos”. A partir dessa definição, observa-se que a significância “inclui valores do presente e do passado”, “aqueles que estão em disputa entre os agentes envolvidos, e aqueles que não têm mais significado no presente, mas que ainda estão na memória coletiva, ou documentados em instrumentos de memória”. Assim, o processo de avaliar a significância é sempre muito complexo, e envolve julgamento e contínua validação (Zancheti et al., 2009, p. 49).

22 Apenas como um exemplo, podemos tomar as definições que são dadas num manual do Estado de South Wales, na Austrália, que afirma que o objetivo principal ao se levantar a significância seria produzir uma declaração de significância sucinta que resumiria os valores patrimoniais. A declaração seria a base para todas as políticas e estruturas de gestão que se relacionam com o bem patrimonial: daí a necessidade de ser exata. Além disso, como a Declaração deve ser entendida por todos os agentes envolvidos —já que pressupõe pactuação e criação de consensos—, duas outras características são importantes: que seja escrita em linguagem compreensível e que seja sucinta (New South Wales Heritage Office, 2001).

objetivo do trabalho do grupo, que, durante todo aquele ano, identificou, de acordo com a perspectiva da conservação baseada-em-valores, os diversos atores envolvidos e os valores atribuídos ao sítio.

Como se poderia pressupor, essa pesquisa foi desenvolvida com participação direta dos atingidos pelo desastre<sup>23</sup>, que foram envolvidos em suas diferentes etapas, tendo sido apresentado, numa versão preliminar, no 1º Simpósio Científico do ICOMOS/BRASIL em abril de 2017, em Belo Horizonte, bem como, alguns dias depois, aos atingidos, em Mariana, para validação e aperfeiçoamento.

Sabíamos que, ao produzir uma “Declaração de Significância” para Bento Rodrigues, não estávamos respondendo diretamente ao pedido do Conselho de Patrimônio local, que gostaria de ter sua proteção através do tombamento respaldada e complementada tecnicamente: na verdade, era como se estivéssemos dando um passo atrás, adotando uma perspectiva crítica que nos permitisse compreender em profundidade os valores envolvidos no caso.

Esse “passo atrás”, no entanto, parecia-nos fundamental, não só para se estabelecer a “significância cultural” ali presente, mas no sentido de se pensar as estratégias adequadas para a preservação do sítio, que, certamente, não seria ancorado

primordialmente na “materialidade” do bem, mas, muito mais, na complexa teia de significação ali tecida.

Além disso, sabíamos que com uma “Declaração de Significância” estávamos apenas dando início àquele processo recomendado pela Carta de Burra para a conservação de um bem/sítio de interesse patrimonial, que, de fato, se divide em três estágios: compreender sua significância, desenvolver políticas e administrar o bem cultural de acordo com essa política<sup>24</sup>.

No caso de Bento Rodrigues, saltou aos olhos no processo de construção de sua Declaração de Significância, como a importância do sítio transcendendo o nível local, passando ele a se constituir numa *referência nacional* ao se relacionar associativamente para a opinião pública de todo o país com o imenso desastre socioambiental que atingiu o Rio Doce com o rompimento da Barragem de Fundão. Consequentemente, as medidas a serem propostas para a conservação do sítio deveriam transcender a esfera local, não se restringindo ao mero tombamento local, já realizado pelo Conselho de Patrimônio de Mariana.

Essas conclusões, tiradas a partir do estabelecimento da significância do sítio, levaram-nos, então, a fazer uma segunda proposta ao Ministério Público: construir os subsídios para um tombamento não só

23 Em relação ao papel da comunidade local, o manual do Estado de South Wales, na Austrália, diz explicitamente: “O objetivo do sistema de gerenciamento de patrimônio de NSW é conservar lugares e objetos importantes do passado, para que possam ser apreciados e apreciados pelas gerações futuras. O conhecimento e os valores da comunidade são, portanto, ingredientes importantes no processo de avaliação” (New South Wales Heritage Office, 2001, p. 5).

24 No artigo já citado em nota anterior, Sílvia Zancheti et al. (2009) nos chamam a atenção de que esses estágios prescritos pela Carta de Burra não devem ser “realizados isoladamente um do outro”, mas devem “muito mais interagir: alguns procedimentos devem ser conduzidos de forma repetida, enquanto as consultas com os agentes envolvidos e mais investigação também são necessárias” (p. 49).

municipal, mas também estadual e nacional do sítio de Bento Rodrigues. Tratava-se, a nosso ver, de um duplo desafio: garantir a manutenção da base material daquele sítio de memória através do instrumento do tombamento, e fazê-lo numa escala supralocal, com o reconhecimento da sua significância em nível estadual e federal.

No caso dessa etapa, que começamos a desenvolver efetivamente a partir do segundo semestre de 2017, tivemos que lidar com um difícil desafio teórico-metodológico: como compatibilizar os modelos de proteção tradicionalmente usados no país para a instrução dos processos de tombamento com a perspectiva da conservação-baseada-em-valores, que incorpora novas abordagens?

Para responder a esse desafio, o primeiro passo foi estudar de forma aprofundada os dossiês de tombamentos utilizados tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quanto pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), identificando os tópicos e abordagens usualmente contidos neles.

A partir dessa análise, pudemos produzir uma nova proposta de Dossiê de Tombamento, documento técnico que deve subsidiar a proteção, no qual se combinavam as abordagens já usadas pelos órgãos brasileiros para sua avaliação com a nova perspectiva dos valores, que nos interessava introduzir. Não nos parecia lógico que um Dossiê de Tombamento que fora precedido por uma Declaração de Significância simplesmente

mimetizasse os procedimentos usuais naqueles órgãos, nos quais a perspectiva da conservação-baseada-em-valores muitas vezes não é considerada explicitamente.

Desta forma, o Dossiê preparado em 2017 e 2018 para fornecer subsídios para a proteção, pelo instrumento do tombamento, de Bento Rodrigues, inicia seguindo a tradição dos órgãos brasileiros de patrimônio, com as necessárias informações geográficas, históricas, socioeconômicas e culturais sobre o sítio, bem como registrando aspectos importantes do seu patrimônio material e imaterial e referindo-se ainda aos valores associativos presentes ali antes da ruptura da Barragem do Fundão.

No entanto, a proposta de tombamento construída ali não se baseia primordialmente nesses valores e atributos, mas vai ter como elemento central o próprio *evento do rompimento da Barragem*<sup>25</sup>, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, que, como já anotamos, vem transformar Bento Rodrigues em símbolo da tragédia que atingiu o Rio Doce. Com ele, de fato, aquela localidade passou a representar, associativamente, como demonstramos exaustivamente ao longo do documento, o maior desastre socioambiental da história do Brasil.

Aqui cabe acrescentar que, ao adotar essa perspectiva, estávamos recuperando um conceito

25 No nosso trabalho utilizamos a noção de Paul Ricoeur, de acordo com a qual um evento seria “tudo aquilo que produz algum tipo de mudança no interior de uma narrativa: pode assinalar o início de um processo, demarcar o seu fim, produzir uma mudança de curso, agregar mais movimento a um processo em andamento, estancar este processo, ou acrescentar ao relato um novo elemento informativo [...]” (Barros, 2005, p. 8).



fundamental no próprio ordenamento jurídico brasileiro, o de “referência cultural”: nunca é demais lembrar que a Constituição Brasileira de 1988 estabelece que vai se constituir patrimônio cultural brasileiro aquilo que é *referência cultural*, ou como ali se registram “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, *portadores de referência* à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (art. 216, grifos nossos).

Ao incorporar a ideia renovadora da *referência cultural* a Carta Magna nacional está reconhecendo, de fato, a crescente importância da dimensão intangível do patrimônio, que vai ser central tanto para os bens imateriais quanto para os próprios bens materiais, apontando simultaneamente dever ser o *valor* desses bens —sempre atribuído e não intrínseco— o objeto privilegiado das políticas de patrimônio. Vai ser exatamente o que propusemos no caso de Bento Rodrigues: mais que fazer ancorar o valor *atribuído* nos restos materiais ali existentes, interessava-nos estabelecer como o antigo povoado, devastado pelo rompimento da Barragem do Fundão, se transforma numa *referência cultural para a sociedade brasileira*.

Por isso, o Dossiê não se limita a descrever o sítio em sua materialidade antes e depois do rompimento da Barragem, mas se debruça longamente, numa abordagem inédita, sobre a descrição do próprio desastre tecnológico que ali acontece, e também do pós-evento, ou seja, suas repercussões frente à opinião pública nacional e internacional.

## Conclusões provisórias

Como anotamos, não é muito comum se tematizar na discussão da relação entre o *patrimônio cultural* e os *direitos humanos* o impacto que o desenvolvimento econômico exerce sobre as populações locais, focando-se o debate, o mais das vezes, em fenômenos como guerras, deslocamentos de povos, opressão de minorias étnicas, entre outros. No entanto, tendo em vista os efeitos adversos que a adoção de um modelo de desenvolvimento insustentável tem demonstrado produzir em todo o planeta, dos quais as mudanças climáticas são as testemunhas mais eloquentes, parece-nos urgente abordar essa ligação.

Neste sentido, o caso da destruição de Bento Rodrigues, em Mariana, coloca em relevo, de forma dramática, a necessidade de se ligar esses dois temas. Aqui estamos frente a uma tragédia de grandes proporções, provocada por um modelo insustentável de mineração, que espalha barragens de rejeitos por todo o território de Minas Gerais, não se considerando os riscos que a sua presença significa para o meio-ambiente e as populações ali residentes.

Se as atividades minerárias, com sua exploração predatória do território, já implicam, em muitos casos, a destruição sistemática das paisagens culturais das regiões por ela impactadas<sup>26</sup>, os desastres

26 A esse respeito, confira Carsalade et al. (2015). Neste artigo, os autores tematizam o Quadrilátero Ferrífero, localizado no centro-sudeste de Minas Gerais, que é considerado a região de maior concentração de minas em operação no mundo e na qual se encontram tanto a Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto importantes centros históricos,

recentes, como os que atingiram o Rio Doce, em 2015, e Brumadinho em 2019, demonstram cabalmente o poder destruidor que esse modelo pode ter sobre o patrimônio cultural.

Frente às ruínas de Bento Rodrigues, as possíveis respostas no campo da preservação, que têm sido pensadas pelo Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) passam, naturalmente, pela ênfase no *aspecto memorial* daquele sítio, na medida em que a catástrofe que varreu do mapa aquele vilarejo de 300 anos destruiu quase completamente sua base material.

Apesar do alto grau de destruição, não podemos, eticamente, aceitar que o tempo se encarregue de apagar a memória do que ali aconteceu, como parecem esperar a empresa causadora do desastre e as próprias autoridades brasileiras. Trata-se, contrariamente, a nosso ver, de se lutar para preservar aquele “sítio de memória”, a base material ali existente, para que esta possa servir de base para a construção de uma nova narrativa, que consiga ressignificar, para a população atingida e para nosso país, o acontecido, e que sirva, simultaneamente, como alerta para se evitar catástrofes semelhantes no futuro.

.....  
conjuntos paisagísticos e ecossistemas protegidos. Neste artigo, são consideradas fundamentalmente as minas de ferro, uma vez que são empreendimentos de grande porte e que geram maiores impactos na paisagem.

## Referências bibliográficas

- Avrami, E., Mason, R., & de la Torre, M. (2000). *Values and Heritage Conservation. Research Report*. The Getty Conservation Institute.
- Barros, J. (2005). Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Revista de História e Estudos Culturais*, 9(1) 1-27. <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/370>
- Burke, S. (2002). Ethical Commitment Statement for ICOMOS Members. [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/StatutesAmendments\\_R2\\_20130325/st2002-ethical-commitment-en.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/StatutesAmendments_R2_20130325/st2002-ethical-commitment-en.pdf)
- Carsalade, F., Accioly, S., & Oliveira, A. (2015). As relações entre a paisagem cultura e a mineração – O caso do quadrilátero ferrífero (MG). *Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, 8(2). <https://www.semanticscholar.org/paper/AS-RELAÇÕES-ENTRE-A-PAISAGEM-CULTURA-E-A-MINERAÇÃO-Carsalade-Accioly/d347bbe7316102a3f7f329f58e82ed44e2a07e75>
- Castriota, L. (2009). *Patrimônio Cultural. Conceitos, políticas, instrumentos*. Annablume.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Courtis, C. (2015). Direitos culturais como direitos humanos: conceitos. Em V. Soares e S. Cureau, *Bens Culturais e Direitos Humanos*. Edições Sesc.
- De la Torre, M. (2013). Values and Heritage Conservation. *Heritage & society*, 60(2), 155-166. <https://doi.org/10.1179/2159032X13Z.00000000011>
- De la Torre, M., MacLean, M., Mason, R., & Myers, D. (2005). *Heritage Values in Site Management: Four Case Studies*. Getty Conservation Institute.

- [https://www.getty.edu/conservation/publications\\_resources/pdf\\_publications/pdf/heritage\\_values\\_vl.pdf](https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/heritage_values_vl.pdf)
- Demas, M. (2002). Planning for Conservation and Management of Archaeological Sites: A values-based approach. Em J. M. Teutonico e G. Palumbo, *Management Planning for Archaeological Sites* (pp. 27-54). Getty Conservation Institute.
- Fiankan-Bokonga, C. (2017). Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural. *Correio da Unesco. Muitas vozes, um mundo*. <https://pt.unesco.org/courier/2017n1an-di-3qi/uma-resolucao-historica-protoger-o-patrimonio-cultural>
- Ghanea, N., & Rahmani, L. (2005). A Review of the 60th Session of the Commission on Human Rights. *International Journal of Human Rights*, 9(1), 125-144. <https://doi.org/10.1080/13642980500032420>
- ICOMOS AUSTRALIA. (1999). *The Burra Charter, 1999*. [www.icomos.org/australia/burra.html](http://www.icomos.org/australia/burra.html)
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (iphan). (2014). Instrumentos de Proteção. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>
- Instrução Normativa Nº 01, de 24 de Agosto de 2012. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Ministério da Integração Nacional. [https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09062014\\_Instrucao\\_normativa\\_de\\_01\\_de\\_agosto\\_de\\_2012.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09062014_Instrucao_normativa_de_01_de_agosto_de_2012.pdf)
- International Coalition of Sites of Conscience. (2018). *Interpretation of sites of memory*. Study commissioned by the World Heritage Centre of Unesco and funded by the Permanent Delegation of the Republic of Korea, 2018. <http://whc.unesco.org/document/165700>
- International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). (2011). Introducing ICOMOS. <https://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/mission-and-vision>
- International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). (2018). Buenos Aires Declaration marking the 70th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights. <https://www.icomos.org/en/about-icomos/governance/general-information-about-the-general-assembly/list-of-general-assemblies/20th-general-assembly-2018/52583-declaration-de-buenos-aires-marquant-le-70e-anniversaire-de-la-declaration-universelle-des-droits-de-l-homme-2>
- International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). (2019). Rights-based approach to World Heritage. <https://www.icomos.org/en/focus/our-common-dignity-initiative-rights-based-approach/58447-rights-based-approach-to-world-heritage>
- International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). (2021). ICOMOS is a non-governmental international organisation dedicated to the conservation of the world's monuments and sites. <https://www.icomos.org/en>
- International Criminal Court. (s. d.). About the Court. <https://www.icc-cpi.int/about>
- Logan, W., & Reeves, K. (Eds.) (2009). *Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult' Heritage*. Routledge.
- Mason, R. Y. (2002). Avrami. Heritage Values and Challenges of Conservation Planning. Em J. M. Teutonico e G. Palumbo, *Management Planning for Archaeological Sites* (pp.13-26). Getty Conservation Institute.
- Nações Unidas (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- New South Wales Heritage Office. (2001). *Assessing Heritage Significance*. NSW Heritage Office. <https://nla.gov.au/nla.cat-vn2704393>

- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR). (1998). Declaração Universal dos Direitos Humanos. <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>
- Page, M. (2016). *Why preservation matters*. Yale University Press.
- Petzet, M. (2004). Principles of preservation: An introduction to the International Charters for Conservation and Restoration 40 years after the Venice Charter. Em *International Charters for Conservation and Restoration. Monuments & Sites, I* (pp. 7-29). ICOMOS. <http://openarchive.icomos.org/id/eprint/432/>
- Pinheiro, P. (2008). Os sessenta anos da declaração universal. Atravessando um mar de contradições. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, 9. <https://sur.conectas.org/os-sessenta-anos-da-declaracao-universal/>
- Poulios, I. (2010). Moving -beyond a values-based approach to heritage conservation. *Conservation And Management Of Archaeological Sites*, 12(2), 170-185. <https://doi.org/10.1179/175355210X12792909186539>
- Poulios, I. (2014). *Past in the Present: A Living Heritage Approach*. Meteora.
- Rangel, T. (2016). Do Reconhecimento do Acesso ao Patrimônio Cultural como Direitos Humanos: A Releitura dos Direitos de Segunda Dimensão. *Portal Boletim Jurídico*, 26(1388). <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/4192/do-reconhecimento-aceso-ao-patrimonio-cultural-como-direitos-humanos-releitura-direitos-segunda-dimensao>
- SAMARCO. (s. d.). Compromisso com a reparação. Entenda o rompimento do Fundão. <https://www.samarco.com/reparacao/#rompimento-do-fundao>
- Samuels, K., & Rico, T. (2015). *Heritage Keyword. Rhetoric and Redescription in Cultural Heritage*. University Press of Colorado.
- Serra, C. (2018). *Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil*. Record.
- Silverman, H., & Ruggles, D. (Eds.) (2007). *Cultural Heritage and Human Rights*. Springer.
- Soares, I., & Cureau, S. (Orgs.) (2015). *Bens culturais e direitos humanos*. Edições Sesc São Paulo.
- Sullivan, S., & Pearson, M. (1995). *Looking After Heritage Places*. Melbourne University Press.
- United Nations. (2017, 24 de Março). Security Council Condemns Destruction, Smuggling of Cultural Heritage by Terrorist Groups, Unanimously Adopting Resolution 2347 (2017). <https://www.un.org/press/en/2017/sc12764.doc.htm>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (1972). Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão. <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2003). UNESCO Declaration concerning the Intentional Destruction of Cultural Heritage. [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=17718&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17718&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)
- Urtizberea, I. (Ed.) (2016). *Lugares de Memoria Traumática*. Universidad del País Vasco.
- Zancheti, S., Mendes, H., Ribeiro, C., & Aguiar, B. (2009). Judgement and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. *City & Time*, 4(2), 47-53. <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>